REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 9, n. 1, jan.-abr. 2023
Missões

ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ACCESO Y PERMANENCIA EN LA UNIVERSIDAD PÚBLICA: EXPERIENCIA DE LA ATENCIÓN ESTUDIANTIL EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE LA PAMPA

ACCESS AND PERMANENCE IN THE PUBLIC UNIVERSITY: EXPERIENCE OF THE STUDENT ASSISTANCE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA

Recebido em: 14/03/2023
Aceito em: 01/05/2023

Elisângela Maia Pessôa[1]
Pedro Luiz Pecoits Salaberry[2]

Resumo: Compreender a relação existente entre o binômio acesso/permanência no ensino superior é fundamental para identificar os avanços e os desafios que refletem no enfrentamento das expressões da questão social. A pesquisa objetivou identificar como as políticas de permanência na Universidade Federal do Pampa são implementadas para contribuir com o atendimento das demandas de alunos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O estudo teve natureza qualitativa, sendo usados como fonte os documentos do Núcleo de Desenvolvimento Estudantil do Campus São Borja, da Secretaria Acadêmica e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Obteve-se apoio na legislação nacional e buscou-se dados complementares com a realização de pesquisa de opinião pública. O processo de pesquisa, com a análise dos resultados, teve como norte o método dialético crítico via análise de conteúdo. Ficou evidente que somente o acesso não garante a permanência dos(as) acadêmicos(as), muitos, são ainda os desafios para que a universidade seja realmente para todos(as). Importantes conquistas foram materializadas como política de cotas e demais benefícios. Porém, a pesquisa de opinião pública demonstrou que existe necessidade de maior orçamento, investimento em saúde mental, pesquisa conjuntural, acolhimento, estruturação universitária e municipal, assim como o constante estímulo ao pertencimento acadêmico enquanto direito público.

Palavras-chave: Ensino Público; Políticas de Acesso e Permanência; Assistência Estudantil.

Resumen: Comprender la relación existente entre el binomio acceso/permanencia en la educación superior es fundamental para identificar los avances y desafíos que se reflejan al enfrentar las expresiones de la cuestión social. La investigación tuvo como objetivo identificar cómo se implementan las políticas de permanencia en la Universidad Federal de Pampa para contribuir a atender las demandas de los estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. El estudio fue de naturaleza cualitativa, utilizando como fuente documentos del Centro de Desarrollo Estudiantil del Campus São Borja, la Secretaría Académica y la Prorrectoría de Asuntos Estudiantiles y Comunitarios. Se obtuvo apoyo de la legislación nacional y se buscaron datos adicionales mediante la realización de una encuesta de opinión pública. El proceso de investigación, con el análisis de los resultados, estuvo guiado por el método dialéctico crítico vía análisis de contenido. Se hizo evidente que el acceso por sí solo no garantiza la permanencia de los académicos, muchos son aún los desafíos para que la universidad sea realmente para todos. Se materializaron importantes logros como la política de cuotas y otros beneficios. Sin embargo, la encuesta de opinión pública mostró que se necesita mayor presupuesto, inversión en salud mental, investigación coyuntural, acogida, estructuración universitaria y municipal, así como el estímulo constante a la pertenencia académica como derecho público.

Palabras-chaves: Educacion publica; Políticas de Acceso y Permanencia; Asistencia Estudiantil.

[1] Pós-doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Doutora em Serviço Social, pelo mesmo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2010). Professora Associada na Universidade Federal do Pampa. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br
[2] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa- São Borja. Especialista em Saúde Coletiva e Políticas Públicas pela Faculdade Anhanguera- Polo São Borja RS. Técnico Enfermagem (aposentado). E-mail: salaberry.rs@gmail.com

Abstract: Understanding the existing relationship between the binomial access/permanence in higher education is essential to identify the advances and challenges that reflect in facing the expressions of the social issue. The research aimed to identify how the permanence policies at the Federal University of Pampa are implemented to contribute to meeting the demands of students in a situation of socioeconomic vulnerability. The study was qualitative in nature, using documents from the Student Development Center of Campus São Borja, the Academic Secretariat and the Pro-Rectory of Student and Community Affairs as a source. Support was obtained from national legislation and additional data was sought by carrying out a public opinion survey. The research process, with the analysis of the results, was guided by the critical dialectical method via content analysis. It became evident that access alone does not guarantee the permanence of academics, many are still the challenges for the university to really be for everyone. Important achievements were materialized such as the quota policy and other benefits. However, the public opinion survey showed that there is a need for a larger budget, investment in mental health, conjuncture research, reception, university and municipal structuring, as well as the constant stimulus to academic belonging as a public right.

Keyword: Public education; Access and Permanence Policies; Student Assistance.

INTRODUÇÃO

Ao discutir as políticas públicas de acesso e permanência implementadas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o ponto inicial, uma vez que ela instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, conforme o artigo 205 (BRASIL, 1988, s.p.). Destaca-se que a legislação brasileira indica a autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, tal como mostra o artigo 207. Porém, percebe-se que a autonomia universitária é relativa, porque está obrigatoriamente vinculada ao executivo federal, mais precisamente ao Ministério da Educação, Planejamento, Ciência e Tecnologia, assim como aos órgãos externos de apoio e gestão, como é o caso da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). No que se refere à assistência estudantil, ainda existe o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)[3], que dá o direcionamento das políticas de assistência estudantil.

A política de assistência estudantil, a propósito, conforme o FONAPRACE (2007), é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos(as) estudantes das Ifes, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ou seja, deve ser considerada como uma política que visa subsidiar a expansão do acesso do(a) estudante em situação econômica desfavorável.

[3] Criado em outubro de 1987, o FONAPRACE congrega, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil.

As Ifes, ao planejarem suas ações, devem observar todo um conjunto de legislação – portarias, decretos, instruções normativas, resoluções, dentre outros documentos –, sendo que suas ações estão condicionadas ao projeto de educação, recursos humanos e financeiros disponíveis no orçamento da União. Pode-se, então, refletir que o Governo Federal, ao passar a gestão e a autonomia financeira e patrimonial para as universidades, delega uma responsabilidade que poderia ser partilhada, o que pode levar a culpabilização das universidades quanto à implementação ou não das políticas de assistência estudantil.

Além da Constituição de 1988, a Lei 9.394 (1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – detalha a previsão constitucional e destaca a necessidade de proporcionar o acesso ao direito à educação, organizando o ensino no país. A educação superior é tratada no capítulo IV da LDB, que traça as principais normas referentes à estrutura e à funcionalidade da educação superior no Brasil. Segundo Ranieri (2000, p.142) "a adição da Lei n° 9.394/96 assinala, efetivamente, um marco inovador e modernizador em termos de organização, oferecimento e controle das atividades públicas na área de educação".

Diante das reflexões acima apontadas, foi elaborado projeto de pesquisa que teve como objetivo geral "identificar como as políticas de acesso e permanência são implementadas na Unipampa, para contribuir com o atendimento das demandas de alunos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica". Os objetivos específicos foram elaborados para dar conta de: a) elencar as principais políticas de acesso e permanência na universidade pública no Brasil, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); b) detalhar as políticas de permanência implementadas no âmbito da Universidade Federal do Pampa, considerando as orientações do PNAES; e c) verificar sugestões da opinião pública para melhoria das políticas de permanência em universidades públicas.

O artigo está organizado de forma a elucidar, em sua primeira parte, o processo metodológico da pesquisa. Posteriormente, são apresentadas as políticas de acesso e permanência na universidade pública em todo o território brasileiro, considerando os objetivos e princípios presentes nas normativas analisadas. Abordam-se as políticas, as ações e os programas de acesso e permanência de maior relevância nacional. Por fim, detalha-se o surgimento das políticas de acesso e permanência na Unipampa, demonstrando os princípios e objetivos da universidade. Apresenta-se as políticas, ações e programas implementados, assim como destaca-se as particularidades do Campus São Borja da Unipampa. Finalmente, se dá

visibilidade aos resultados obtidos de acordo com o questionário publicado nas redes sociais, que busca adensar o objetivo principal deste estudo.

PROCESSO METODOLÓGICO DE PESQUISA

Como método de abordagem do problema da pesquisa, utilizou-se o método dialético crítico – a partir da ênfase nas categorias totalidade, historicidade e contradição – para entender como funcionam as políticas no país identificando a legislação pertinente e as orientações do Governo Federal para, então, conhecer a realidade estudada, ou seja, a da Unipampa. Destaque-se que a categoria contradição, em especial, se revelou quando se estudou a efetivação das políticas de acesso e permanência, uma vez que auxilia na compreensão e na transformação dos fenômenos, instaurando o binômio garantia de acesso versus permanência no ensino universitário.

Já a categoria totalidade tornou-se importante movimento de apreensão dos principais eixos relacionados ao Plano Nacional de Educação (2010), em contraponto à análise da implementação da política de assistência estudantil na Unipampa, com olhar mais detalhado e amplo para o Campus de São Borja, enquanto um universo particular que se atrela a uma situação que extrapola as necessidades de diversos estudantes do país. A compreensão e a análise desse movimento entre o particular e o universal demonstra a importância do tema, abrindo possibilidades de reflexão sobre novas intervenções junto aos(às) usuários(as) das políticas de assistência estudantil. A categoria historicidade foi fundamental para compreender as expressões da questão social de uma forma geral, para pensar o cotidiano em que se inserem os(as) usuários(as), porque permitiu mais reflexões sobre o objeto de estudo, uma vez que as mazelas sofridas na atualidade apresentam estreita ligação com uma determinada estrutura social permeada por um sistema neoliberal que se contrapõe ao conhecimento científico em favor de um conhecimento técnico.

A pesquisa realizada se caracterizou como qualitativa de natureza exploratória com recorte documental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa porque trabalhou com a análise do texto normativo a partir de seu significado, relacionando ao tema proposto, assim como em observância às categorias acesso e permanência, universidade pública e assistência estudantil. Para Minayo (2002, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos

valores e das atitudes". Sobre a pesquisa documental, destaque-se que, segundo a ABNT/NBR 6023 (2002, p. 2), trata-se de:

> Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação.

Enquanto técnica de pesquisa, utilizou-se da observação, que, segundo Gil (2010), possui papel fundamental na fase de coleta de dados. Sua principal vantagem é a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, tendo como desvantagem a possibilidade da presença do(a) observador(a) causar alterações no comportamento dos(as) observadores(as). Optou-se pela observação indireta, em que o(a) pesquisador(a) recorre a declarações e registros feitos por outros(as) autores(as). Os dados são obtidos indiretamente por meio de documentos pessoais ou institucionais, materiais gráficos, tabelas, etc. (GIL, 2010).

Para este estudo, foram utilizados os seguintes documentos: Decreto 7.234/2010 que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)); Resolução n° 84 do CONSUNI/UNIPAMPA referente à assistência estudantil; Lei 13.409/2016, que altera a Lei 12.711/2012 (também conhecida por Lei de Cotas) para incluir nessa as pessoas com deficiência; Decreto 6096/2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Foram utilizados também outros dados fornecidos pelo NuDE e pela PRAEC da Unipampa. Enquanto instrumento de coleta de dados, usou-se um roteiro norteador de pesquisa documental, com apoio de quadro de sistematização de dados.

Em apoio à pesquisa documental, utilizou-se de pesquisa de opinião pública[4]. Trata-se de uma sondagem, de um levantamento estatístico ou não, com amostra específica da opinião pública, sendo essa de grande valia, uma vez que as opiniões são diferenciadas, mostrando a importância e a complexidade do tema abordado. Para a pesquisa de opinião pública, foi utilizado, enquanto instrumento de coleta de dados, um questionário. Utilizou- se para tanto recursos virtuais como a rede social Facebook via plataforma Google Forms. No questionário, perguntava-se sobre o perfil dos(as) participantes e, considerando os objetivos específicos

[4] A pesquisa realizada não foi submetida ao comitê de ética, levando em conta o artigo 1º da Resolução 510 de 07/04/2016 (implementada para atendimento das áreas de ciências sociais e humanas): "Não serão avaliados pelo sistema CEP (Comitês de Ética em Pesquisa) e CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa): I - Pesquisa de Opinião Pública com participantes não identificados" (CONEP, 2016, s.p.).

propostos, buscou-se identificar se foram ou não usuários(as) dos programas de acesso e permanência em universidades públicas; quais programas acessam e se poderiam sugerir possíveis melhorias. Os questionários foram disponibilizados online por um período de 14 dias aos(às) participantes(as), sendo que os(as) respondentes foram numerados (1, 2, 3... e assim sucessivamente) conforme dados da planilha gerada eletronicamente. Quanto à análise dos resultados, utilizou-se de análise de conteúdo proposto por Bardin (2010) – pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados obtidos – e definido por Gil (2010, p. 163) como "uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações".

CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE

O percurso histórico da educação no Brasil, desde o período colonial (séculos XVI ao XIX), restringiu o acesso à educação superior a estudantes integrantes das elites sociais e econômicas, "[...] sendo dificultado ou inviabilizado o acesso de jovens de baixo poder aquisitivo, o que revela a existência de um quadro de elitização nesse nível de ensino no país" (PEREIRA 2014, p. 1). Mesmo com a Constituição Federal (1988) e com a LDB (1996), o acesso ao ensino superior e principalmente a permanência nele ainda tem se constituído, em determinados momentos, um privilégio das classes sociais de melhor poder econômico, embora se reconheça avanços na política de assistência estudantil.

Destaca-se que a década de 2000, foi marcada pelo aumento significativo de cursos e de instituições de ensino superior. A razão foi a política pública do Programa Universidade para Todos (ProUni), implementado em 2004, concedendo bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Outro salto importante relacionado ao acesso ao ensino superior público ocorreu com a aprovação do Reuni, que objetivou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007)[5].

Quando busca-se verificar as políticas, ações ou programas de acesso e permanência indicados nas normativas federais, encontrou-se o PNAES, aprovado através do Decreto

[5] O Reuni encerrou-se em dezembro de 2012, tendo como marco a implantação de diversas universidades em regiões distantes das capitais, como a própria Universidades Federal do Pampa (com seus dez campi).

7.234/2010 para atender estudantes de IFES. Em seu artigo 2°, os objetivos do PNAES ficaram definidos como:

> [...] I - democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de evasão; IV contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, s.p.).

No artigo 3º do mesmo decreto, as ações de assistência estudantil do PNAES (2010) estabelecem que deverão ser desenvolvidas ações ou programas nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Já no artigo 4º, encontra-se um importante destaque:

> [...] As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de iabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010, s.p.).

Outra, importante normativa federal, no que diz respeito ao acesso, trata-se da Lei 12.711 de agosto de 2012, a Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto 7.824/2012, em que se oportuniza a "[...] reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público [...]" (BRASIL, 2012a, s.p.). A Lei de Cotas tornou-se uma forma de promover justiça social, concretizando o acesso à universidade pública de jovens provenientes das camadas sociais mais pobres da população, ou seja, negros(as), povos originários e pessoas com deficiência, para que haja um equilíbrio no acesso à universidade pública, considerando a diversidade do povo brasileiro.

As universidades públicas oferecem um sistema duplo de cotas. Um reservado a estudantes de escolas públicas independentemente do perfil das cotas estipuladas e outro destinado a estudantes de escolas públicas que se declaram pretos ou pardos, de povos originários ou com deficiência. Assim, no atual sistema de ações afirmativas para ingresso em universidades e institutos federais de ensino, 50% das vagas devem ser destinadas as pessoas oriundas de escolas públicas. Dessas, metade deve ir a pessoas com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo, e a outra metade a pessoas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo, desde que tenham cursado os três anos do ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012a).

As ações afirmativas, em sua essência, visam combater a discriminação e incluir grupos vulneráveis na sociedade. Segundo Piovesan (2005), consideram-se ações afirmativas meios para inclusão social, pois consistem em medidas temporárias que buscam remediar um passado discriminatório, bem como acelerar o processo de igualdade substantiva para os grupos socialmente vulneráveis. Ou seja, as minorias étnicas e raciais, em que estão inclusos todos(as) aqueles(as) que sofreram ou sofrem discriminações na sociedade. Essas ações podem ou não ser contributivas para a diminuição da discriminação, mas elas são importantes porque trazem o reconhecimento das diferenças raciais, da desigualdade de classes e da necessidade de políticas públicas e de movimentos de resistência.

Ainda, a política de cotas visa incentivar, favorecer os(as) alunos(as) provenientes de camadas populares, em situação socioeconômica vulnerável, em sua maioria vindos(as) de escolas públicas ou minorias étnicas. O tema cotas raciais suscita debates polêmicos e contraditórios quanto a sua necessidade de execução. Porém, a questão racial está implicada por questões que retratam a inoperância do Estado no que diz respeito à desigualdade social. Se não houvesse um histórico de desigualdade social, talvez não houvesse necessidade de políticas afirmativas com o intuito de amenizar essa situação.

A política de cotas é primordial para a garantia do direito à igualdade e direito à diferença. Bobbio (2000, p.10) diz que, quando se afirma que todos(as) são iguais, é necessário especificar outras questões, como ¨[...] com quem estamos tratando e com relação a que são iguais, ou seja, é preciso responder a duas perguntas: a) igualdade entre quem?; e b) igualdade em quê?". Piovesan (2005, p. 47) afirma que ¨ao lado do direito à igualdade, surge também, como direito fundamental, o direito à diferença¨. Para a autora, é fundamental que o respeito à diferença e à diversidade assegurem um tratamento especial às classes desfavorecidas, como, por exemplo, aos(às) alunos(as) beneficiários(as) da política de cotas nas universidades públicas.

Alguns pensamentos contrários à política de cotas referem-se ao fato dela, supostamente, ferir o princípio da meritocracia[6], pois iria tirar vagas de candidatos(as) que passariam por mérito. Vive-se em uma sociedade economicamente desigual, e se não fossem as políticas afirmativas com o intuito de amenizar essas desigualdades, não seria possível o

[6] "Meritocracia pode ser definida do ponto de vista ideológico, como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais" (BARBOSA, 2003, p. 22).

acesso à universidade de alunos(as) oriundos(as) de classes mais pobres. Mesmo com a política de cotas, ainda assim há um caminho longo a ser percorrido, pois, incluir e dar acesso não garante que o(a) estudante, ao ingressar na universidade, conclua sua graduação.

Todos os programas mencionados buscam promover o acesso e a permanência no ensino superior e as ações indicadas na legislação deveriam combater a evasão, mas somente isso não basta, pois, muitos jovens, além de viverem situações de vulnerabilidade socioeconômica, apresentam dificuldades de aprendizagem, o que dificulta seu ingresso e sua permanência no ensino superior gratuito. A expansão do ensino superior no Brasil veio com o intuito de democratizar o acesso, favorecendo as classes menos recursos, o que não significa democratizá-lo, porque nem todas as pessoas se beneficiam. Esse processo é um primeiro passo para a democratização da educação superior, mas ainda insuficiente na inclusão das pessoas historicamente excluídas.

Percebe-se que, apesar das políticas públicas – com o intuito de democratizar o ensino superior – terem avançado, principalmente a partir de 2003, no Governo Lula, a evasão e a inclusão dos segmentos mais vulneráveis no âmbito socioeconômico ainda não se concretizaram no Brasil. Os cursos com alta demanda como Medicina, Odontologia e Direito exigem grau de aprendizado maior desde o processo de seleção, o que dificulta o acesso de jovens pobres que precisam conciliar trabalho e estudo ainda no ensino médio. O ensino superior reproduz essa desigualdade social no Brasil, principalmente nos cursos considerados de maior prestígio e inserção social. Segundo Ristoff (2011, p. 209-210),

> [...] a oportunidade de acesso para estudantes pobres é um bom exemplo. Estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos, que na população brasileira representam 50%, na Enfermagem e na Educação Física – cursos com percentuais mais próximos da realidade – representam apenas cerca de 30%. Essa distribuição se torna mais gritante na Odontologia e na Medicina, onde os 50% passam a ser apenas 10,5% e 8,8%, respectivamente.

O Governo Lula (2003-2010) e o Governo Dilma (2011-2016) foram marcados por um período voltado às políticas sociais, presentes em diversas áreas. Na Educação, destaca-se o ProUni (2004), o Fundo de Financiamento Estudantil (1999), a Política de Cotas (2012), a criação de novas universidades em vários pontos do país e a ampliação de vagas públicas no

ensino superior. Embora as desigualdades estejam ainda presentes, foram políticas que buscavam amenizar as expressões da questão social[7] que minimizaram o cenário.

Destaca-se, mais uma vez, o fato de a educação superior ser baseada na meritocracia, em que cada sujeito, através de seus esforços e merecimento, conseguirá atingir seu objetivo. Mesmo com políticas de acesso, geralmente quem teve um ensino de melhor qualidade consegue ingressar e se manter na universidade e preencher as melhore vagas em concursos públicos e em outros processos seletivos. Fernandes (1975, apud, OLIVEIRA, SCHER, 2020, p.7) aponta que

> [...] a Universidade Brasileira lançou suas raízes históricas, culturais e pedagógicas em modelos institucionais europeus, resumindo-se de início a uma única função: a de preparar um grupo letrado apto para o exercício de profissões liberais. Desse modo, o ensino superior brasileiro nasceu com esse caráter colonialista, dependente e classista. Em face disso, a Educação Superior estabeleceu historicamente bases elitistas e se consolidou como um local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país.

Como vive-se em um mundo capitalistatendo a compreensão que muitos(as) alunos(as) conciliam trabalho e estudo, o que pesa muito na escolha de cursos de graduação é a empregabilidade e o sonho de ascensão social. Com isso, percebe-se que nem sempre a afinidade com o curso escolhido é o que prevalece. A escolha insere-se em uma ampliação de oportunidades em um mercado de trabalho altamente competitivo. Contudo, o(a) estudante, "[...] ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação" (ZAGO, 2006, p. 231).

A escolha em si é um termo genérico. No contexto acima especificado, ela esconde diferenças e desigualdades sociais importantes. Portanto, falar de escolhas "[...] significa ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato" (ZAGO, 2006, p.232). A ideia de escolha mascara aquilo que é mais evidente em uma sociedade capitalista[8], as desigualdades sociais. A escolha por cursos de maior expressão é feita por estudantes pertencentes a uma classe mais abastada. Aos que aliam

[7] Segundo Iamamoto (1998, p. 27), ¨a Questão Social "é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém se privada, monopolizada por uma parte da sociedade".

[8] O modo de produção capitalista configurou-se, portanto, como um sistema socioeconômico em que os meios de produção são propriedades privadas de uma classe social em contraposição à outra classe detentora da força de trabalho (SINGER, 1987).

estudo e trabalho, os cursos de menor expressão acabam sendo os mais procurados, porque são oferecidos à noite e a nota mínima de ingresso é menor.

Evidentemente, o PNAES (2010) proporcionou acesso ao ensino superior aos jovens pertencentes a camadas populares que vivem em situação de exclusão social. É inegável que as políticas de ações afirmativas implementadas abriram as portas da universidade para esse segmento da sociedade. Sem dúvida, foi um primeiro passo para o processo de democratização do ensino superior – a inclusão e o acesso –, permitindo aos(às) estudantes antes excluídos(as) agregarem saberes, conhecimentos, acesso à tecnologias, que são essenciais na preparação para o mercado de trabalho e também para o exercício da cidadania. É através das políticas de acesso que há uma possibilidade de mudar o contexto, permitindo o ingresso na universidade de forma mais democrática e inclusiva.

Outra importante reflexão da pesquisa diz respeito à procura documental sobre o conceito ou concepção indicada na legislação em relação aos termos acesso e permanência. Essa discussão merece destaque, uma vez que não se trata de sinônimos. Nem, conforme já abordado, uma coisa garante a outra. Após análise das normativas mapeadas, sejam as expedidas pelo Estado ou no âmbito da Universidade Federal do Pampa, não existe menção conceitual aos referidos termos. Mesmo na Constituição Federal de 1988, não há qualquer menção quanto à significância dos termos. Buscou-se inclusive a definição segundo o dicionário Michaellis (s.a.) online. A palavra "acesso" se refere ao "ato de ingressar". Já a palavra "permanência" leva ao sentido de "permanecer, continuar".

Promover acesso é um passo inicial, é dar oportunidade a quem antes não tinha. Mas, além desse acesso, são necessárias políticas afirmativas e efetivas que promovam a permanência e a continuidade dos(as) estudantes até o fim do processo de graduação. Através dos estudos realizados, percebe-se uma política de Estado mínimo, que terceiriza para as Ifes a responsabilidade de proporcionar condições socioeconômicas necessárias para o acesso e a permanência no ensino superior.

Tanto é fato, que o déficit orçamentário da Universidade Federal do Pampa referente à assistência estudantil chegou a 20,2% em 2021, em relação ao seu valor de 2020, ato esse que restringe muito políticas e ações que promovam a permanência (UNIPAMPA, 2021). O grande desafio da assistência estudantil, diante desse cenário de retrocesso, é garantir os direitos já existentes e buscar novos recursos que promovam ao(à) estudante em vulnerabilidade

socioeconômica, não só o acesso, mas a permanência na universidade, evitando com isso a evasão.

A falta de políticas públicas efetivas na educação é uma das consequências de um sistema neoliberal que apresenta tendências de privatização e mercantilização da educação. Dentro da política atual de estado mínimo, a ideia privatista da educação leva a pensar que a educação deixa de ser um direito social, o que agravaria as desigualdades sociais e tornaria ainda mais difícil a conclusão dos estudos por parte dos estudantes em vulnerabilidade social.

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIPAMPA: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

A assistência estudantil, a partir de 2010, vem ganhando cada vez mais espaço e força à medida que materializa ações na tentativa de dar aos(às) jovens provenientes das camadas populares, que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a oportunidade de ter acesso ao ensino superior gratuito. Estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (BRASIL, 2012b) apontam que a vulnerabilidade define a zona intermediária instável, que conjuga a precariedade do trabalho, a fragilidade dos suportes de proximidade e a falta de proteção social. Quando se analisa a vulnerabilidade no âmbito da assistência social, se percebe que a pobreza é reconhecida como uma das condições que a caracterizam, lembrando que ela não se limita somente à insuficiência de renda. De acordo com Yazbek (2012, p. 289), pode-se abordar a pobreza como uma das facetas

> [..] da questão social e como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria.

A pobreza vai além da questão econômica. Ela propicia uma relação de submissão, de domínio, imposta por um sistema capitalista opressor em que se tem cidadãos(as) cada vez mais desprovidos(as) de qualquer tipo de proteção pública. Ser pobre não significa, necessariamente, ser vulnerável, mas a pobreza aumenta a questão da vulnerabilidade. Muitas famílias, pertencentes ao grupo dos “não pobres”, futuramente podem estar vulneráveis à pobreza, devido às incertezas e aos riscos sociais e econômicos impostos.

Diante destes fatos, constatou-se que mesmo aqueles(as) que não são considerados(as) pobres, nem por isso deixam de ser vulneráveis diante de um sistema capitalista que não

proporciona qualquer tipo de segurança em relação ao futuro. A vulnerabilidade se descreve pela ausência de recursos diversos. E o enfrentamento destas incertezas coloca, por vezes, as pessoas em situações constrangedoras, impondo-lhes uma situação de impotência diante dos fatos e aumentando a sua vulnerabilidade e fragilidade diante do sistema.

A assistência estudantil da Unipampa foi regulamentada pela Resolução nº 84 de 30 de Outubro de 2014 (CONSUNI/UNIPAMPA) em consonância com o Decreto 7.234 de 19 de 07 de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e da Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC/SeSu, que institui o PNAES. De acordo com a Resolução n° 84, no artigo 1º:

> visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (UNIPAMPA, 2014, s.p.).

A Política de Assistência Estudantil é executada pelos(as) profissionais que compõem os NuDEs, criados em 2011 pela Portaria 1.564, sendo esses integrados à estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa, tanto no Campus São Borja, quanto nos demais campis das outras cidades[9]. Sendo assim, os referidos núcleos são o "órgão responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus na área do desenvolvimento educacional, visando a qualidade do trabalho pedagógico e estudantil" (BERNARDES, 2013, p. 43-44). Assim, os NuDEs desempenham um papel fundamental dentro da instituição, sendo um órgão executor da política assistencial, dialogando com os(as) alunos(as) desde o ingresso até a conclusão de sua graduação, sendo referência para o(a) acadêmico(a) dentro da universidade.

A Política de Assistência Estudantil da Unipampa visa promover o acesso e a permanência dos(as) acadêmicos(as), dando todas as condições para que os(as) mesmos(as) concluam sua graduação com qualidade, evitando assim a evasão e a retenção. Um dos questionamentos da pesquisa documental visou compreender quais seriam as políticas, projetos, benefícios utilizados pela Universidade Federal do Pampa para efetivar a permanência de alunos(as). Nesse sentido, destaca-se que ações são atravessadas pelo indicativo da Resolução n° 84, Art. 1º (2014, p.1), que determina que:

[9] A Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, criou a Fundação Universidade Federal do Pampa, distribuída em 10 (dez) Campi: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, Itaqui, São Borja, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana.

> A Assistência Estudantil, por meio de suas ações, visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Política de Assistência Estudantil da Unipampa (2014) é materializada por meio do Plano de Permanência, que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos(as) os(as) estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico a partir de medidas que busquem combater situações de repetência e evasão (UNIPAMPA, 2014). O Plano de Permanência, principal meio de materialização da Assistência Estudantil na Universidade é composto pelos seguintes programas:

Programa de Apoio ao Transporte: constitui-se em auxílio que visa contribuir com despesas de transporte até o campus ou para atividades acadêmicas regulares mensais. Ainda é possível acessar o Auxílio-Transporte Rural que visa contribuir com despesas de transporte para realização de atividades acadêmicas dos(as) estudantes residentes na zona rural do município-sede do campus a que estejam vinculados, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica (UNIPAMPA, 2014).

Programa de Auxílio Creche: constitui: auxílio financeiro aos(às) estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos(as) da rede pública de educação e que tenham filhos em idade de zero até 5 anos, 11 meses e 29 dias (UNIPAMPA, 2014).

Programa de Apoio ao Ingressante: Consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos(as) estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas da cidade-sede da unidade universitária a que estejam vinculados(as), e que se encontrem em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso e permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil (UNIPAMPA, 2014).

Programa de Alimentação Subsidiada "Talheres do Pampa": Consiste na concessão de refeições subsidiadas aos(às) alunos(as) da graduação presencial nos Restaurantes Universitários (Rus), oferecendo aos(às) mesmos(as) alimentação nutricionalmente balanceada que observe os preceitos da segurança alimentar. Ao ingressar na Universidade, o(a) aluno(a) de graduação presencial passa, automaticamente, a ter direito ao subsídio parcial, e o restante

do valor é subsidiado pela instituição. Aos alunos em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos dos editais específicos do Plano de Permanência, é concedido subsídio integral da refeição e do auxílio de alimentação complementar (UNIPAMPA, 2014).

Programa de Moradia Estudantil "João de Barro": O Programa de Moradia Estudantil "João de Barro" busca garantir uma estadia digna para os(as) estudantes, possibilitando o acolhimento e a autonomia para pessoas em comprovada vulnerabilidade social. Desse modo, promove proteção, acolhimento e organização, possibilitando a permanência do(a) aluno(a) durante seu processo de formação. Para concorrer ao Programa de Moradia Estudantil, é necessário a comprovação de que o estudante seja oriundo de município diverso ou da zona rural do município sede do campus que estiver matriculado. O programa conta com duas modalidades: Vaga na moradia estudantil – espaço de acolhimento e moradia, de caráter temporário e gratuito, na casa do estudante. Auxílio-moradia: consiste em auxílio financeiro onde não houver moradia estudantil nos campi, ou em casos específicos, com o objetivo de contribuir com as despesas decorrentes de pagamento de aluguel (ou similar).

Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP): Destina-se a complementar a política de apoio aos estudantes das ações afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência, colaborando com meios para sua permanência e sucesso acadêmico através de oferta de monitorias.

Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (Pape): Objetiva incentivar e fomentar a participação de estudantes regularmente matriculados em cursos da graduação presencial (ressalvados os casos de trancamento de matrícula) em eventos presenciais, realizados em cidade distinta a do campus proponente, a fim de fomentar as ações de ensino, pesquisa e extensão. Esse programa tem aporte de recurso próprio da Instituição.

Programa de Ações Afirmativas: Tem como finalidade minimizar, no ambiente universitário, as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais, sociais, aquelas em razão da deficiência e outras de qualquer natureza presentes na sociedade, e contribuir na institucionalização da Política Nacional de Educação Especial (2008) na perspectiva da educação inclusiva com objetivo de garantir o pleno acesso à educação superior em consonância com a Política de Assistência Estudantil da Unipampa (UNIPAMPA, 2014).

As inscrições e a seleção de alunos(as) para serem beneficiados nos programas são feitas mediante a promulgação de editais anuais sob responsabilidade da PRAEC e do NuDE. A

avaliação e a seleção dos(as) alunos(as) a serem beneficiados pelos programas de assistência estudantil é atribuição dos(as) assistentes sociais do NuDE/PRAEC (UNIPAMPA, 2020).

Como forma de promover a permanência dos(as) acadêmicos, ações importantes voltadas à socialização são realizadas. Uma delas, os jogos universitários promovidos e criados pela PRAEC, têm as seguintes finalidades: a) promover a integração dos discentes dos campi da Unipampa, através de atividades desportivas; b) desenvolver o intercâmbio desportivo e estimular a aproximação entre os estudantes universitários visando seu desenvolvimento integral; c) promover a integração da Universidade Federal do Pampa com a comunidade, através da oferta de práticas esportivas e culturais; d) servir de única seletiva para eventos universitários esportivos, em nível nacional e internacional, para representação da Unipampa. Já houve quatro edições dos jogos, com a participação de 1.650 acadêmicos(as) (PRAEC, 2021).

Outro importante incentivo de intercâmbio de saberes e que é fomentado via evento cientifico promovido pela Unipampa é o Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe). O evento reúne a comunidade acadêmica da Unipampa, assim como também agrega estudantes e pesquisadores(as) do país e de países vizinhos como Argentina e Uruguai. Até o presente momento, contou com nove edições do evento.

Tanto os jogos universitários como os SIEPEs têm grande adesão da comunidade acadêmica, contribuindo para a permanência na Universidade e para uma maior interatividade dos(as) estudantes, uma vez que, para além de fatores econômicos, os(as) alunos(as) necessitam de suporte emocional, assim como necessitam de estímulo ao desenvolvimento do "pertencimento acadêmico".

Durante o processo de pesquisa, buscou-se também visualizar se emergiam na Unipampa – Campus São Borja ações específicas para o fortalecimento da permanência dos(as) estudantes na universidade. Nesse sentido, destaca-se que a Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, é oriunda da demanda da comunidade local. O município de São Borja está localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 60.000 habitantes, de acordo com o último censo (IBGE, 2010). A cidade tem sua base econômica fundada na pecuária, agricultura, comércio e prestação de serviços. Sua localização distante dos grandes centros urbanos, que ofereciam ensino público gratuito, fez com que fosse necessária a instalação de uma universidade pública para atender às demandas locais.

O relatório de gestão de Campus Unipampa São Borja (2020, p.11) indica que, para além de concretização de "um antigo sonho da população, possibilita que a juventude tenha uma alternativa viável de estudos, permanecendo em sua região, [...]e aumentando a autoestima de seus habitantes". Porém, tem-se um cenário no mínimo desafiador, com cortes orçamentários significativos dos últimos anos, número de evasão crescente, etc. São situações que podem colocar em risco as conquistas e, de certa forma, a permanência e manutenção da Universidade.

Ações importantes são realizadas na Unipampa Campus São Borja no intuito de promover a interatividade na comunidade acadêmica. Entre elas, pode-se destacar o Projeto Saúde Mental, que envolve atividades que promovam o bem estar psicológico e discussões acerca da importância de cuidar da saúde mental. Entre as ações promovidas por este projeto, destaque para o Papo Aberto na Saúde Mental na Universidade e para o Cantinho do Acolhimento, sendo que esse último é um espaço de atendimento individual na área de saúde mental, um espaço para fala, apoio e reflexão através de psicólogas que tem parceria com o projeto. Outro projeto interessante a ser abordado é o "Conhecendo a Unipampa", com a finalidade de divulgar a Unipampa Campus São Borja, valorizando a tríade ensino, pesquisa e extensão para os(as) alunos(as) das escolas de rede pública do município. Ainda a que se destacar o número significativo de professores e técnicos engajados em projetos de pesquisa e extensão, que proporcionam bolsas acadêmicas que também contribuem com a permanência dos(as) alunos(as) na universidade.

Quanto à pesquisa de opinião pública, de apoio aos resultados documentais, obteve-se de retorno dos questionários a participação de 40 pessoas[10]. Quanto ao perfil dos(as) participantes, esses(as) são formada(os) em sua maioria por jovens, com predominância do sexo feminino – 22 mulheres –, oriundos(as) principalmente de escolas públicas (87,2 %), sendo a maioria universitários. Dentre os respondentes 66,7% estão cursando a universidade, 2,5% não cursam e 30,8% já concluíram sua graduação.

Questionou-se sobre se foram ou são usuários(as) de programas de permanência, sendo que a maioria 56,4% fazem parte de algum programa. A maioria dos(as) acadêmicos(as) são usuários(as) dos Programas de Permanência na Unipampa, constatando a vulnerabilidade socioeconômica dos(as) mesmos(as) – sendo que alguns já formados apontaram ter recebido o auxílio – e o papel fundamental que esses programas promovem para a permanência e para evitar a evasão acadêmica. Cabe destacar que alguns declararam receber mais que um tipo de

[10] Nem todos(as) os(as) 40 participantes responderam a todas as questões.

auxílio para poderem permanecer na universidade. Ficou nítido como os auxílios são necessários, conforme exposto numa das respostas: “sim, encontrei dificuldades financeiras, pois estar em uma cidade nova e sem emprego exigia que eu tivesse alguma fonte de renda, e a bolsa permanência foi fator impactante no desenvolver do curso” (Sujeito, 40).

Foi questionado se haviam encontrado ou se encontram alguma dificuldade de permanência na universidade. E percebeu-se que a maioria das respostas citavam alguns fatores preponderantes como questões financeiras, dificuldade de aprendizagem – agravada com o ensino remoto em decorrência da pandemia – e necessidade de conciliar trabalho com estudos. Outros fatores com menor incidência foram apontados como falta de um acolhimento relacionado à saúde mental, distanciamento da família, competitividade acadêmica e inexperiência por busca de informações. Conforme se aponta:

> Sentimento de não pertencer a aquele lugar, cidade com poucas alternativas. Ter que lidar com um ambiente onde se discute e estuda formas de superar as desigualdades, porém existe competição. E a contradição está extremamente presente nas relações entres as pessoas (Sujeito, 19).

Nas respostas dos(as) sujeitos(as), percebe-se que a permanência é atravessada por diversos fatores. São predominantes os de vulnerabilidades socioeconômicas, mas emergem vários outros, como particularidades da estrutura da universidade, o que inclui a própria oferta escassa de bens e serviços da cidade onde está o campus, além de conjunturas socioeconômicas agravadas pela situação gerada pela pandêmica e a necessidade de materiais didáticos e pedagógicos para melhorar o aprofundamento dos estudos. Tais situações podem ser vistas nas indicações abaixo:

> Atualmente, com a permanência na graduação por mais tempo do que foi previsto, por conta da pandemia, tornou-se bastante difícil manter-se por questões financeiras e também pela precariedade do ensino remoto. Além disso, são tempos bastante difíceis para a saúde mental e isso prejudica o desempenho (Sujeito, 17).

> As dificuldades eram: aquisição de xerox, uma vez que eram solicitadas várias apostilas, aquisição de livros, pois na biblioteca havia poucas obras, acesso à internet, pois a universidade não disponibilizava computadores suficiente para acesso e os que tinham eram poucos e muito concorridos (Sujeito, 31).

> Existe uma dificuldade, pois no meu caso o curso é diurno e isso impossibilita executar um trabalho, dessa forma tenho uma dificuldade financeira para me manter (Sujeito, 38).

Por fim, buscou-se visualizar sugestões dos(as) mesmos(as) para a melhoria ou ampliação dos programas de permanência no âmbito da Unipampa e demais universidades federais, sendo que as sugestões que se destacaram foram agrupadas em seis redutos. São elas: a) maior investimento orçamentário para que as universidades promovam políticas de acesso e permanência – com reajuste de valores, visto que os benefícios não acompanham o aumento de custo de vida; b) maior preocupação com relação à saúde mental dos acadêmicos – considerando isolamento, incertezas e preocupações do cotidiano; c) maior responsabilização estatal – com a garantia de ajustes orçamentários; d) acolhimento institucional constante; e) pesquisa quanto à realidade dos(as) alunos(as); f) desburocratização do acesso aos benefícios – uma vez que existem inúmeras exigências para acesso aos programas[11]. Destacamos abaixo algumas respostas de alunos(as) que retratam o que foi descrito acima:

> É necessária uma reforma em todas as instituições públicas do Brasil, priorizando o ensino, o acesso e a igualdade para todos os cidadãos. O governo é que deve incentivar, investir e fazer com que as instituições de ensino se mantenham como alicerces de qualquer construção (Sujeito, 7).
>
> Reprovei no estágio por adoecimento mental, inclusive com atestado de internação em instituição. A impressão que fica é de uma política bem intencionada, mas que na prática ao não considerar a saúde mental, por ausência um profissional de psicologia (no Campus) se torna superficial, reduzindo a complexidade do sujeito a uma triagem. Durante minha formação houve dois suicídios de alunos no campus, e no projeto de extensão do qual participei, dentre os temas de escolha dos discentes para palestra, sempre foi majoritariamente escolhido o tema de saúde mental ou do uso abusivo de drogas. Acredito na necessidade de um olhar mais atento a essa questão, em especial agora a partir de uma pandemia (Sujeito, 8).
>
> Maior investimento na política de assistência estudantil, pois o valor disponibilizado aos alunos é irrisório e não garante condições dignas de vida para cursar a graduação com qualidade (Sujeito, 31).
>
> Existe necessidade de estudo sobre a realidade e a particularidade das necessidades de cada estudante por regiões, pois são necessidades diferentes. Dar acesso não garante permanência. Existe necessidade de apoio financeiro, emocional e de oportunidades de fortalecimento do processo acadêmico. A universidade deve ser pensada como lugar de acolhida, de fortalecimento, de respeito em detrimento a um ambiente de competição ou de relações de poder (Sujeito, 22).

Emergem várias situações que impossibilitam estudantes de permanecerem na universidade ou de concluírem seus estudos no tempo previsto. Há a necessidade de investimentos no cuidado com a saúde mental dos(as) acadêmicos(as), esses oriundos de

[11] Ainda foram citadas questões sobre alojamentos temporários e intensificação de divulgação sobre os critérios de acesso a programas.

diversas regiões do país, que, com peculiaridades diversas, acabam sendo afetados(as). Apresentam-se também limitações de aprendizagem, sendo essas atribuídas a expressões da questão social como pobreza, violências e demais desigualdades. Há que se resistir e persistir em movimentos de resistência, como o próprio movimento estudantil – evidenciado no campus em momentos de lutas –, na direção de demarcar a necessidade de um ensino cada vez mais laico, público e com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolve uma temática oportuna e provocativa no âmbito acadêmico elucidando as legislações brasileiras que vem possibilitando acesso, porém, nem sempre a permanência, no âmbito universitário público através de políticas de expansão e de inclusão. Importantes marcos foram conquistados em busca de justiça social via política de cotas universitárias – embora essas ainda sejam questionadas com argumento de merecimento –, bem como pela política de assistência estudantil, aprovada através do Decreto 7.234/2010. Foi quando se preconizou a necessidade de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, entre outras oportunidades para os(as) estudantes. Porém, aquilo que é preconizado no artigo 4º, quanto à igualdade de oportunidades, ainda é uma incógnita.

Para além das legislações brasileiras, teve-se como lócus de pesquisa a Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, universidade viabilizada em 2007 por importante iniciativa governamental chamada REUNI. Essa desenvolve, de forma relativa, os essenciais programas mencionados na política de assistência estudantil, buscando promover o acesso e a permanência no ensino superior. Mas, somente isso não basta, pois, muitos jovens, além de viverem situações de vulnerabilidade socioeconômica, apresentam dificuldades de aprendizagem, o que dificulta seu ingresso e sua permanência no ensino superior gratuito.

Embora a autonomia universitária tenha sido importante conquista, através dos estudos realizados percebe-se uma política de Estado mínimo, que terceiriza para as Ifes a responsabilidade de proporcionar condições socioeconômicas necessárias para o acesso e a permanência no ensino superior. Existe falta de políticas públicas efetivas na educação e isso é uma das consequências de um sistema neoliberal que apresenta tendências de privatização e mercantilização da educação. Tem-se vivido no Brasil, cortes orçamentários na universidade pública, com congelamentos de políticas essenciais para a manutenção na universidade.

Obteve-se mediante relato realizado por diferentes sujeitos, via pesquisa de opinião pública, que somente o acesso à universidade não assegura a permanência. As políticas devem ir para além do auxílio financeiro, tendo preocupação com questões relacionadas principalmente a um cuidado maior com a saúde mental dos(as) acadêmicos(as), sendo essa apontada como empecilho ao fortalecimento da aprendizagem.

Por fim, cabe considerar que este trabalho demonstrou que as políticas implementadas pela Unipampa também facilitam o acesso. São apontadas como essenciais, ainda que, cabe reafirmar, não garantem necessariamente a permanência. Avanços precisam ser buscados, tanto no campo orçamentário quanto no entendimento dos condicionantes que perpassam o binômio acesso e permanência.

Nesse sentido cabe ressaltar que o perfil dos(as) alunos(as) da Unipampa é composto por jovens, em sua maioria, do sexo feminino, oriundos de diferentes lugares do país, pertencentes em grande número a famílias de baixa renda e oriundos de escolas públicas, o que sugere que se tem um perfil diferenciado de universidade, visto que tradicionalmente as universidades públicas eram frequentadas somente por jovens com maior acesso a bens e serviços. Embora a Constituição Federal de 1988 aponte a educação como direito de todos, conquistar o diploma universitário ainda tem se constituído num desafio, que merece sucessivos estudos e que não se esgotam diante das mudanças de realidade.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT**. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração**. São Paulo: ABNT, 2000.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia: A ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERNARDES, William Souza de**. O serviço social na Unipampa - Campus São Borja: a realidade e as possibilidades de ampliação das ações na assistência estudantil**. [Trabalho de Conclusão de Curso] - Bacharel em Serviço Social - Universidade Federal do Pampa, Curso de Serviço Social, 75 f., São Borja, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016. pdf. Acesso em 22 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 25 de mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 20 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.096, 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.981, de 09 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.in.gov.br. Acesso em 10 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em jun. 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2007a. Disponível em: Disponível em:http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes. Acesso em 11 de mar. 2021.
BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL, **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. 2012b. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 27 de out. 2021.

FONAPRACE, **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Assistência Estudantil: uma questão de Investimento**. 2000. Disponível: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/. Acesso em 20 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Priscila. **O novo aluno do ensino superior em um contexto neoliberal**. São Paulo, 2014. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/07/priscila-pereira-silva-josc3a9- roberto-montes-heloani.pdf. Acesso em 02 de abr. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos. **Cad. Pesquisa** [online], 2005, vol.35, n.124, p.43-55. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phd?pid=S010015742005000100004&script=sci_abstract &tlng=pt. Acesso em agos. 2021.

OLIVEIRA, Edson Marques; SCHER, Aline Juliane. Acesso e Permanência Estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza/PR. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**. Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 5-26, p.1-22, mar. 2020. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3915/3704. Acesso em 15 de out. 2021.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

RISTOFF, Dilvo. A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida. S.P.: Ideias & Letras, 2011.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 10.ed. São Paulo: Moderna, 1987.

UNIPAMPA, **Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014**. Aprova a Política de Assistência Estudantil. Brasília, DF. Disponível em: http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res._84_2014-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%AAncia-Estudantilb.pdf. Acesso em 14 de mar. 2021.

UNIPAMPA, **Portaria nº 1.564, de 30 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a criação dos Núcleos de Desenvolvimento Acadêmico da Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/formacao/. Acesso em 10 de mar.2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc**.[online]. 2012, n. 110, p. 288-322. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 25 de out. 2021.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n.32,pp.1-13, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 10 de out. 2021.